

NA ERA DAS CHACINAS, CRIMES DE MAIO SEGUEM SEM CASTIGO

Fausto Salvadori
Jornalista

Daniel Garcia



No Sindicato dos Jornalistas,
Débora Maria denuncia o
terrorismo do Estado

Evento que exigiu o fim da impunidade para os Crimes de Maio de 2006 reuniu vítimas da violência policial de vários Estados e deixou claro que os massacres de pobres e jovens — cometidos pela Polícia Militar e por grupos de extermínio a ela ligados — não se limitam a São Paulo e têm uma extensa cronologia. “Temos de mudar a política de segurança pública, que é de extermínio e repressão da população empobrecida nas periferias”, denunciou Débora Maria, das Mães de Maio, cujo filho foi encontrado morto a tiros após abordagem da PM. Era gari e levava no bolso o holerite

“**F**az cinco anos e parece mentira ainda”, disse a jornalista Rose Nogueira

ao presidir o evento de lançamento do livro *Mães de Maio – do Luto à Luta*¹, ocorrido no último dia 12 de maio, na sede do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Parece mentira ainda que 493 pessoas tenham sido assassinadas no estado de São Paulo entre 12 e 20 de maio de 2006, aproximadamente o mesmo número de mortos em vinte anos de Ditadura Militar. Principalmente, parece mentira que o Estado até agora tenha sido incapaz de punir os policiais que comprovadamente praticaram a maior parte destes crimes — fosse agindo de cara limpa em execuções registradas como “resistências seguidas de morte”, fosse vestindo a touca ninja dos grupos de extermínio.

Em sua fala, Rose, ela própria uma sobrevivente da violência do Estado, que em 1969 foi presa como “terrorista” quando ainda amamentava um filho de 33 dias², recordou uma declaração ouvida durante os dias de cárcere no Presídio Tiradentes. “Os carrascos da Ditadura diziam que, para cada agente do Estado que fosse morto, eles matariam outras dez pessoas, na base de dez para um”, afirma. Embora praticados em pleno período democrático, num ano eleitoral, os Crimes de Maio parecem ter seguido a mesma lógica. A onda de homicídios começou com uma série de ações coordenadas pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), que mataram



O livro *Mães de Maio - Do Luto à Luta*

43 agentes públicos, incluindo policiais, guardas civis, agentes penitenciários e um bombeiro — destes, 37 foram mortos nos dias 12 e 13. A partir do dia 14, quando os atentados do crime organizado já estavam praticamente encerrados, teve início a reação da polícia e dos grupos de extermínio, que em sete dias multiplicou por dez a quantidade de cadáveres nas ruas³.

São dados que fazem parte do principal estudo publicado sobre os Crimes de Maio, o relatório “São Paulo Sob Achaque”, produzido pela Clínica Internacional de Direitos Humanos da Faculdade de Direito de Harvard em parceria com a ONG Justiça Global. O estudo afirma que o Estado foi responsável pela expansão do crime organizado nos presídios, ao estimular a política de encarceramento em massa sem resolver os problemas de superlotação, condições desumanas, torturas e chacinas, que permitiram ao PCC se legitimar entre os detentos.

Um monstro que o Estado não apenas pariu, como embalou: a rebelião de maio de 2006 teria sido motivada pela ação de um grupo de policiais, liderados pelo investigador Augusto Peña, que, segundo o Ministério Público, teria sequestrado e torturado um enteado do principal líder da facção, Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, em troca de um resgate de R\$ 300 mil. Além de preparar o terreno para o crescimento do PCC e permitir que a corrupção policial levasse à megarebelião do crime organizado, o Estado, por fim, também fracassou ao investigar e punir as execuções ilegais cometidas pela polícia como reação aos atentados.

“Temos de mudar a política de segurança pública, que é de extermínio e repressão da população empobrecida nas periferias”, denunciou a militante Débora Maria durante a cerimônia. Em 15 de maio de 2006, ela descobriu da pior maneira que o revide policial aos



Rose Nogueira, do GTNM-SP



Julinho: escravidão e violência



Maria Nacort corre perigo

ataques do PCC não estava apenas matando criminosos em confrontos, como pregava o governo. Neste dia, o filho de Débora, Edson Rogério Silva dos Santos, um gari de 29 anos, foi encontrado morto com cinco tiros logo após passar por uma abordagem policial, em Santos. “Ele levava no bolso o holerite do trabalho dele, que ficou manchado de sangue”, lembrou Débora. Após passar 40 dias imobilizada pela dor, Débora se levantou, uniu-se a outras duas mães que haviam perdido os filhos na mesma ocasião, Vera de Freitas e Ednalva Santos, e juntas fundaram a ong Mães de Maio, que luta para obter a punição não apenas dos assassinos de maio de 2006, mas também dos responsáveis pelo assassinato de 26 pessoas em abril de 2010 na Baixada Santista. “Cada um desses que tombou é como se também fosse meu filho”, disse Débora, em pé diante da plateia do sindicato. “E

nós não vamos desistir, porque Mãe de Maio é mãe do amor, é mãe da vida, não é mãe do medo.”

Débora foi muito aplaudida, e não era para menos: boa parte da plateia era formada por mães, pais, irmãs e irmãos de jovens pobres mortos pela polícia de várias partes do Brasil. O evento serviu para

“Os Crimes de Maio fazem parte da Era das Chacinas, em que o braço do Estado mata a população pobre e negra das periferias”, diz o historiador Danilo Dara. Quem se dispõe a lutar por justiça sofre retaliações e ameaças, como a capixaba Maria das Graças Nacort

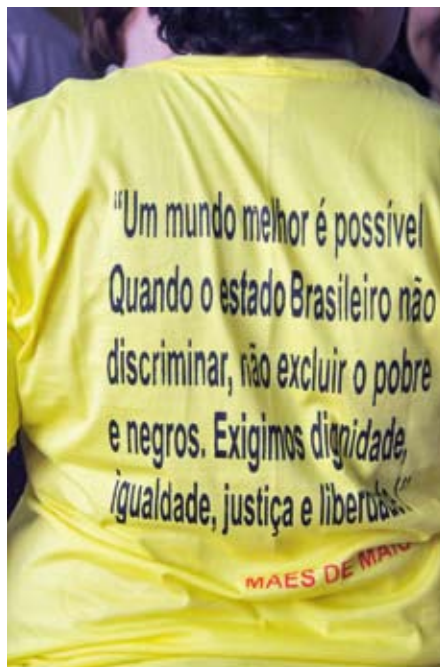
deixar claro que o tipo de violência que atingiu São Paulo em maio de 2006 vem ocorrendo há muito mais tempo e em muitos outros lugares. Entre os presentes, havia representantes de vários movimentos formados por familiares de vítimas da violência do Estado, de várias partes do país: a pioneira Rede Contra a Violência, surgida em 2004 nos morros cariocas, e o Conselho Popular, também do Rio de Janeiro; a Associação de Mães e Familiares de Vítimas da Violência do Espírito Santo (Amafavv/ES); o Reaja ou Será Morto e a Associação de Familiares e Amigos de Presos, ambos da Bahia; o Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade e as Brigadas Populares, ambos de Minas Gerais.

“As vítimas dos Crimes de Maio fazem parte do que a Rede Contra a Violência chama de Era das Chacinas, em que o braço do Estado mata principalmente a popula-

ção pobre e negra das periferias”, afirmou o historiador Danilo Dara, colaborador do Mães de Maio. Inaugurada com a chacina de Acari (1990), a Era das Chacinas foi pintada com o sangue derramado em massacres como Carandiru (1992), Candelária e Vigário Geral (1993), Corumbiara (1995), Eldorado dos Carajás (1996), Praça da Sé e Felisburgo (2004), Baixada Fluminense (2005), Crimes de Maio (2006), Complexo do Alemão (2007), Morro da Providência (2008), Canabrava (2009), Crimes de Abril na Baixada Santista e Vitória da Conquista (2010).

Como lembra Dara no livro *Do Luto à Luta*, o Mapa da Violência do Ministério da Justiça apontou que mais de 500 mil pessoas foram mortas entre 1998 e 2008, em sua grande maioria jovens pobres e negros das periferias das metrópoles. “Essas mortes não são fruto do acaso, mas da construção de um país sobre um dos processos históricos mais violentos que a humanidade já viu, marcado por 350 anos de escravidão”, disse Julinho, militante do Círculo Palmarino. “As vítimas das chacinas são todas negras, porque o Estado não nos vê como um sujeito de direito”, acrescentou Regina Lúcia, do Movimento Negro Unificado.

Retaliações e ameaças por parte do poder público fazem parte da rotina das vítimas do Estado que se dispõem a lutar por justiça. “Sou uma pessoa marcada para morrer. Não sei se estarei viva quando voltar para o Espírito Santo”, disse Maria das Graças Nascimento Nacort, presidente da Amafavv/ES,



Na camiseta, um protesto...

que se tornou militante depois que seu filho, Pedro Nacort Filho, foi morto por quatro policiais militares no centro de Vitória. “Um policial já me disse: ‘Some do Estado ou vamos encher sua cara de tiro’. Mas eu não saio e não desisto da luta. Se morrer, vou morrer lutando por justiça”, disse. E lançou o mesmo

Vera Lúcia Gonzaga está presa desde 2008, acusada de traficar drogas. “Foi represália da polícia”, diz Débora. A tragédia que fez de Vera uma Mãe de Maio é das mais chocantes: sua filha Ana Paula e seu genro Eddie Joey, ambos de 24 anos, foram mortos por quatro ninjas em 2006



...contra o banho de sangue

apelo às outras militantes: “Lembra, mãe, que onde jorrou o sangue do seu filho jorrou o seu sangue também, e é por isso que você não deve se calar. Lute, mãe!”.

As Mães de Maio também denunciaram retaliações pesadas. Duas militantes foram presas acusadas de tráfico de drogas, em flagrantes que, segundo grupo, teriam sido forjados pela polícia. O caso mais recente ocorreu com uma das fundadoras do grupo, Ednalva Santos, mãe de Marcos Rebello Filho, assassinado aos 26 anos, com mais outros dois jovens, por quatro homens encapuzados. Em 4 de agosto de 2009, Ednalva e o marido foram surpreendidas pela chegada de uma viatura da PM que fez uma batida no bar do casal. “Um dos policiais me perguntou se eu era Mãe de Maio e se eu não iria parar com essas denúncias. Eu respondi que não, e que se o Estado matou meu filho deveria se responsabilizar”,



Gonzaga Dantas, ouvidor da PM

lícia”. A tragédia que transformou Vera numa Mãe de Maio é uma das mais chocantes entre os homicídios de 2006. Sua filha, Ana Paula Gonzaga dos Santos, foi assassinada junto com o marido, Eddie Joey Oliveira, ambos de 24 anos, em 15 de maio. O casal havia saído de casa, em Santos, para comprar uma caixa de leite. Foram cercados por quatro homens armados vestidos com toucas ninjas: testemunhas disseram que Eddie e Ana reconheceram os matadores como sendo policiais, apesar dos capuzes, e gritaram seus nomes. Eddie recebeu oito tiros. Ana, baleada cinco vezes, estava grávida de nove meses.

A cesariana de Ana estava marcada para dali a três dias. Era uma menina e receberia o nome de Bianca. A necropsia apontou que o feto, de 48 centímetros, tinha marcas de tiros na mão e no joelho esquerdos. “Para nós, o bebê também foi uma vítima. Nós contamos 494 mortos”, diz Débora. Enquanto os assassinos de Eddie, Ana e Bianca nunca foram punidos, a mãe de Ana continua presa até hoje.

A imagem do ultrassom de Bianca foi uma das dezenas de fotos que os militantes empunharam após o lançamento do livro, numa marcha pelas ruas do centro de São Paulo que saiu do Sindicato dos Jornalistas e terminou nas escadarias da

Catedral da Sé, onde o grupo depositou as fotos das dezenas de rostos pardos de jovens assassinados.

Os cartazes e as palavras de ordem resumiam as principais reivindicações do movimento. Um deles é a extinção dos boletins de ocorrência de “resistência seguida de morte” para registrar as mortes cometidas por policiais. Ausente do Código Penal, a figura da “resistência seguida de morte” prejudica a apuração dos crimes, pois impede que sejam julgados pelo Tribunal de Júri como os demais homicídios. “Resistência seguida de morte é eufemismo; os crimes da polícia também deveriam ser registrados como homicídio”, afirmou o ouvidor da polícia paulista, Luiz Gonzaga Dantas, durante o evento.

Outra reivindicação é a federalização da investigação sobre os Crimes de Maio de 2006 e Abril de 2010. O pedido para que Polícia Federal e Justiça Federal assumam as investigações dos crimes foi feito pelas Mães de Maio, juntamente com a Justiça Global e a Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura, e aguarda uma resposta do Procurador-Geral da República. Ao mesmo tempo, o grupo busca levar o caso também para a Organização dos Estados Americanos (OEA). “Vamos aonde for preciso para conseguir justiça”, promete Débora.

conta Ednalva. No dia seguinte, o bar passou por outra batida, dessa vez da Polícia Civil, que “encontrou” uma mochila cheia de papetes de cocaína. Sob intensa pressão das outras Mães de Maio, Ednalva foi solta após oito dias na cadeia — já seu marido ainda passaria três meses numa penitenciária. “O juiz entendeu que a ação da polícia foi uma represália para tentar desmoralizar o movimento”, diz.

Outra companheira das Mães de Maio, Vera Lúcia Gonzaga, não teve a mesma sorte: permanece presa desde 2008, também acusada de tráfico de drogas. Débora não tem dúvidas: “Foi uma represália da po-

Notas

1 MOVIMENTO MÃES DE MAIO. *Mães de maio – do luto à luta*. São Paulo, 2011.

2 ALMADA, Izaiás; FREIRE, Alípio; PONCE, J. A. de Granville. *Tiradentes, um presídio da ditadura*. São Paulo: Scipione, 1997.

3 INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS CLINIC. São Paulo sob Achaque: Corrupção, Crime Organizado e Violência Institucional em Maio de 2006. 2011. Disponível em <http://harvardhumanrights.files.wordpress.com/2011/05/full-with-cover.pdf><http://harvardhumanrights.files.wordpress.com/2011/05/full-with-cover.pdf><http://harvardhumanrights.files.wordpress.com/2011/05/full-with-cover.pdf><http://harvardhumanrights.files.wordpress.com/2011/05/full-with-cover.pdf><http://harvardhumanrights.files.wordpress.com/2011/05/full-with-cover.pdf>